



Publique-se Inclua-se em
pauta por CINCO sessões
03, agosto, 99
Vanderlei Macris - Presidente

PROJETO DE LEI Nº

623

de 1999

SERVIÇO DE REGISTRO E
PROTOCOLO LEGISLATIVO
R.G.L. 4439 de 418 ISS
Autuado com 9 folhas
Ass. _____

Revoga o inciso IV e o Parágrafo
Único do artigo 4o da Lei 10.086 de
19 de novembro de 1998,
acrescidos pela Lei 10.325 de 11 de
junho de 1999

A Assembleia Legislativa de São Paulo decreta:

Art. 1o - O inciso IV e o Parágrafo Único do artigo 4o da Lei 10.086 de 19 de novembro de 1998, acrescidos pela Lei 10.325 de 11 de junho de 1999, ficam revogados.

Art. 2o - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.



JUSTIFICATIVA:

Originariamente, a Lei 10.086/98 não possuía estes dispositivos que pretendemos ver revogados. O inciso IV e o Parágrafo Único do artigo 4o da Lei 10.086/98 foram acrescidos através da Lei 10.325 de 11 de junho de 1999.

O "Simples", criado para beneficiar as microempresas e as empresas de pequeno porte no Estado de São Paulo, representa um regime tributário simplificado que visa dar agilidade e operacionalidade para estas empresas, bem como possibilitar que concorram no mercado contra as grandes empresas.

Os dispositivos acrescentados pela Lei 10.325/99 impõe às empresas um ônus absurdo que praticamente inviabiliza a possibilidade de se usufruir do benefício. Dizem tais dispositivos:



FLS. N. 2
RGL. 4435
PRÓTOCOLO LEGISLATIVO

“Art. 4o – Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, a partir de qualquer dos eventos adiante indicados, o contribuinte que:

IV – efetuar aquisição de mercadoria com alíquota inferior à interna em montante superior a 20% do valor de suas aquisições, consideradas as operações realizadas em um mesmo trimestre, excetuadas mercadorias adquiridas para integração no ativo imobilizado.

Parágrafo Único: Para efeitos do disposto no inciso IV, consideram-se trimestre os períodos abrangidos pelos meses de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro.”

Com a modificação imposta pela Lei 10.325/99, as microempresas e as empresas de pequeno porte paulistas enquadradas no regime simplificado do ICMS terão de comprar pelo menos 80% dos produtos em operações internas. Tal exigência causa injustiças tremendas e até algumas aberrações práticas, especialmente quando consideramos empresas que exploram atividades que dependem de produtos que não se encontram disponíveis no mercado paulista.

Além de ferir frontalmente o princípio constitucional de livre iniciativa (art. 1o, IV, da Constituição Federal), coloca em risco o emprego de milhares de trabalhadores de empresas de pequeno e médio porte que, se obrigadas a tanto, serão fatalmente expurgadas do mercado. Tentando proteger o empresariado paulista a medida tem o condão de causar efeito exatamente inverso, qual seja, o de prejudicar a criação de emprego e a geração de renda dentro do Estado.

Podemos somar aos danos que serão causados ao equilíbrio financeiro destas empresas outro tipo de dano, igualmente prejudicial à sociedade paulistana,



Deputado
PAULO TEIXEIRA

FLS. N.º 3
RGL. 4435
PRÓTOCO LEGISLATIVO

que é o reflexo desta medida no preço final dos produtos. A exigência exposta na norma que aqui pretende-se revogar faz com que, como já salientado, muitas empresas percam a condição de usufruir do benefício. Através de um silogismo básico podemos deduzir que as empresas que sobreviverem irão fatalmente repassar o aumento dos custos internos para os preços dos produtos que oferecem ao consumidor. O desenquadramento das empresas que hoje usufruem do "simples" irá aumentar o preço dos produtos finais para o consumidor, onerando a população paulistana como um todo.

A exigência imposta pelo inciso IV do artigo 4o da Lei 10.086/98 não está inserida em uma Política Industrial mais ampla para São Paulo. Esta norma funciona como um tiro no pé, já que estimula a "guerra fiscal" entre os Estados da Federação do Brasil, fato que o próprio governo vem alertando ser profundamente danoso para o progresso nacional. Imaginem os nobres pares se os outros Estados tomarem medidas iguais.

Política industrial se faz com a disponibilização de crédito às pequenas e micro empresas, pois só assim poderemos criar novos empregos, bem como através de incentivos à pesquisa e à produção de novos produtos e oferta de novos serviços, para que se amplie a competitividade das empresas Paulistas no mercado nacional e internacional.

Por estas razões é que tal dispositivo (inciso IV) deve ser revogado, para que se restabeleça a idéia originária da Lei 10.086/98. O Parágrafo Único também deve ser revogado por ser mero acessório conceitual do inciso IV.

Serviço de Suporte e Conferência
Esta proposição contém
4 assinaturas
SSC. 318/1999
Confirmando

Carz
Murilo - PT

Paulo Teixeira
Paulo Teixeira

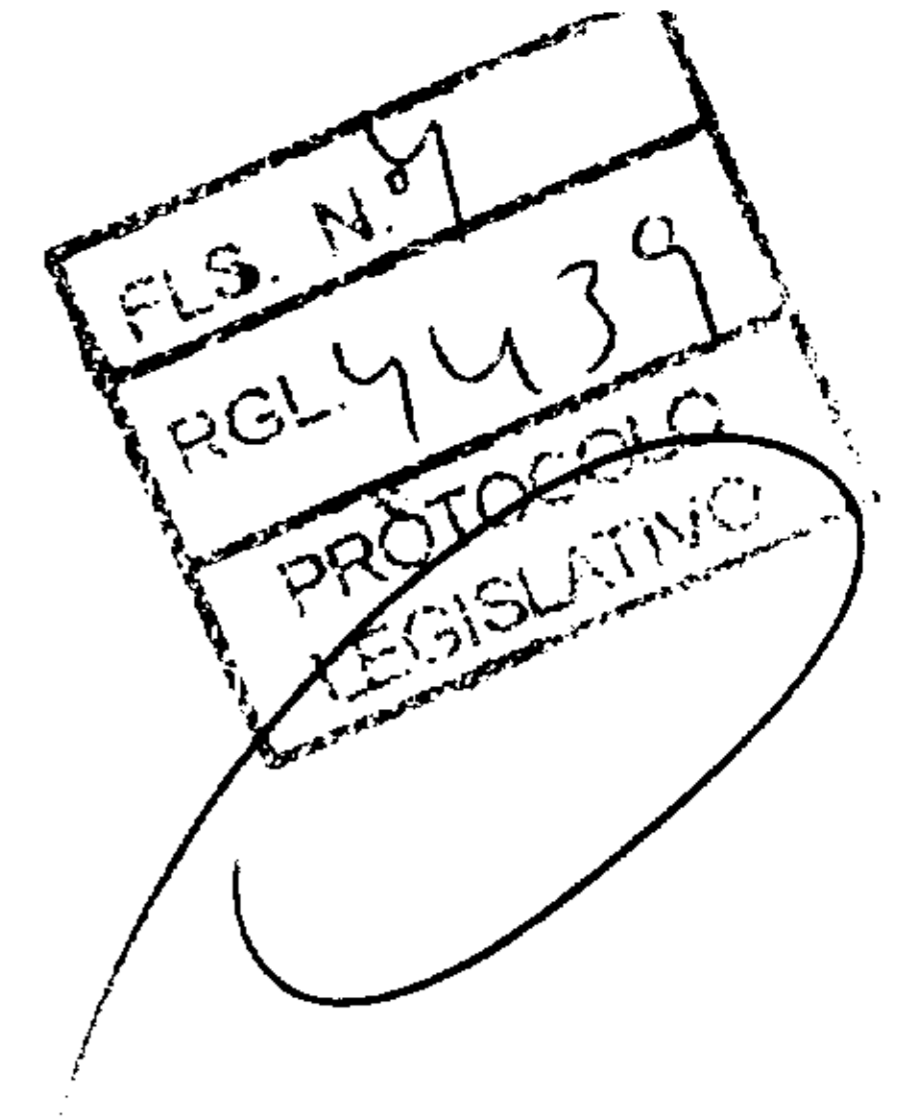
Sala de Sessões em,

Deputado Paulo Teixeira

Paulo Teixeira
PT

Av. Pedro Álvares Cabral, 201 - sala 4014 - Ibirapuera São Paulo/SP

Divisão de Ordenamento Legislativo
Serviço de Processo Legislativo
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"
de 04-08-99



Lei Nº 10.086, de 19 de novembro de 1998
19/11/1998

Diário Oficial v.108, n.220, 20/11/1998. Gestão Mário Covas
Assunto: NA

Dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DO CONCEITO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Artigo 1º - Para os fins do disposto nesta lei, consideram-se:

I - microempresa, o contribuinte que, cumulativamente:

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta igual ou inferior ao valor de R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais);

II - empresa de pequeno porte, o contribuinte que, cumulativamente:

- a) realizar exclusivamente operações a consumidor ou prestações a usuário final;
- b) auferir, durante o ano, receita bruta superior ao valor de R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais) e igual ou inferior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais).

§ 1º - Entendem-se por:

1 - operações a consumidor aquelas realizadas com não contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou aquelas em que as mercadorias não devam ser objeto de comercialização ou industrialização pelo destinatário;

2 - prestações de serviços a usuário final as realizadas para não contribuintes do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS ou as que não estejam vinculadas a operações ou prestações subseqüentes de comercialização, industrialização ou prestação de serviço.

§ 2º - As exportações ficam equiparadas às operações ou prestações de que trata o parágrafo anterior.

§ 3º - A receita bruta anual referida neste artigo será:

1 - a auferida no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;

2 - calculada à razão de um duodécimo do valor, por mês ou fração, caso o contribuinte não tenha exercido atividade no período completo do ano.

Artigo 2º - Não se enquadra no conceito de microempresa ou empresa de pequeno porte previsto no artigo anterior:

I - a empresa:

- a) constituída sob a forma de sociedade por ações;
- b) em que o titular ou sócio seja pessoa jurídica ou, ainda, pessoa natural domiciliada no exterior;
- c) em que o titular ou sócio participe do capital de outra empresa ou que já tenha participado de microempresa desenquadrada de ofício do regime por prática de infração fiscal;
- d) que possua mais de um estabelecimento, ressalvado o disposto no parágrafo único;

II - o contribuinte que exerça as seguintes atividades:

- a) importação de produtos estrangeiros, exceto quando destinados à integração no seu ativo imobilizado;
- b) armazenamento ou depósito de mercadorias de terceiros;
- c) vetado;
- d) transporte, exceto o praticado por transportador autônomo de cargas quando deva recolher o tributo em seu próprio nome;
- e) as de caráter eventual ou provisório;

III - o contribuinte que tenha auferido, no ano imediatamente anterior, receita bruta superior a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais) ou, caso não tenha exercido atividade no período completo do ano, superior a um duodécimo desse valor multiplicado pela quantidade de meses ou fração de mês de atividade.

Parágrafo único - Para os efeitos da alínea "d" do inciso I, não se considera estabelecimento diverso:

- 1 - o depósito fechado que o contribuinte mantenha exclusivamente para armazenamento de suas mercadorias;
- 2 - o estabelecimento que o contribuinte mantenha exclusivamente para fins administrativos ou para exposição de seus produtos;
- 3 - no caso de atividade integrada, outro estabelecimento do mesmo titular voltado para a atividade agropecuária ou extrativa, vegetal ou mineral, de geração, inclusive de energia, de captura pesqueira ou de prestação de serviços.

CAPÍTULO II

Da Admissibilidade e da Permanência nos Regimes

SEÇÃO I

Do Enquadramento

Artigo 3º- O enquadramento do contribuinte em qualquer dos regimes de que trata esta lei será efetuado, conforme disposto em regulamento, mediante declaração de sua opção pelo regime, contendo no mínimo:

I - nome e identificação da pessoa natural ou jurídica e seus sócios;

II - número da inscrição estadual;

III - declaração de que preenche o requisito mencionado na alínea "a" do inciso I ou II do artigo 1º, de que preencherá o requisito da alínea "b" do inciso I ou II também desse artigo, de que não se enquadra nas vedações indicadas no artigo 2º e de que está ciente de que sua permanência no regime está condicionada à observância das disposições legais estabelecidas na legislação.

§ 1º - O enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte classe "A" ou "B" far-se-á segundo a receita bruta anual prevista, cujo valor não poderá ser inferior à receita bruta auferida no exercício imediatamente anterior, observado o disposto no § 3º do artigo 1º.

§ 2º - O enquadramento condiciona-se à aceitação, pelo fisco, dos elementos contidos na declaração, inclusive quanto aos valores econômico-fiscais indiciários da capacidade econômica do contribuinte.

§ 3º - O contribuinte que, a critério do fisco, não preencher as condições previstas, inclusive quanto à incompatibilidade com o limite fixado para a microempresa ou empresa de pequeno porte, terá seu enquadramento recusado de pronto; se necessárias diligências ou análise adicional de seu pedido, será notificado da decisão do fisco, no prazo de 30 (trinta) dias contado da data da entrega da declaração.

§ 4º - O indeferimento comunicado após o prazo previsto no parágrafo anterior, produzirá efeitos a partir do primeiro dia do segundo mês subsequente à data da notificação.

§ 5º - Será admitida a interposição de recurso, sem efeito suspensivo, uma única vez, no prazo de 10 (dez) dias, contado da data da notificação do despacho de indeferimento.

SEÇÃO II

Da Perda da Condição de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte

Artigo 4º - Perderá a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, a partir de qualquer dos eventos adiante indicados, o contribuinte que:

I - deixar de preencher qualquer dos requisitos previstos no artigo 1º;

II - deixar de renovar, no prazo a que se refere o inciso I do artigo 7º, a declaração prevista no artigo 3º;

III - optar pela sua exclusão do regime.

Artigo 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos I e III do artigo anterior, o contribuinte deverá comunicar a perda de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte à repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo fixado em regulamento.

Parágrafo único - Equipara-se à declaração falsa o descumprimento da obrigação referida neste artigo.

SEÇÃO III

Do Desenquadramento de Ofício

Artigo 6º - O contribuinte será desenquadrado de ofício nos casos em que deixar de cumprir o disposto no artigo anterior ou quando:

I - à vista de elementos econômico-fiscais colhidos pelo fisco ficar evidenciada a incompatibilidade desses elementos com a receita bruta declarada ou auferida.

II - promover operação ou prestação desacompanhada de documento fiscal;

III - adquirir mercadorias ou tomar serviços sem o correspondente documento fiscal;

IV - não escriturar regularmente os documentos fiscais pertinentes, na forma que o exigir a legislação.

Parágrafo único - Os efeitos do desenquadramento retroagirão à data da ocorrência de um dos eventos referidos no "caput".

SEÇÃO IV Da Regulamentação

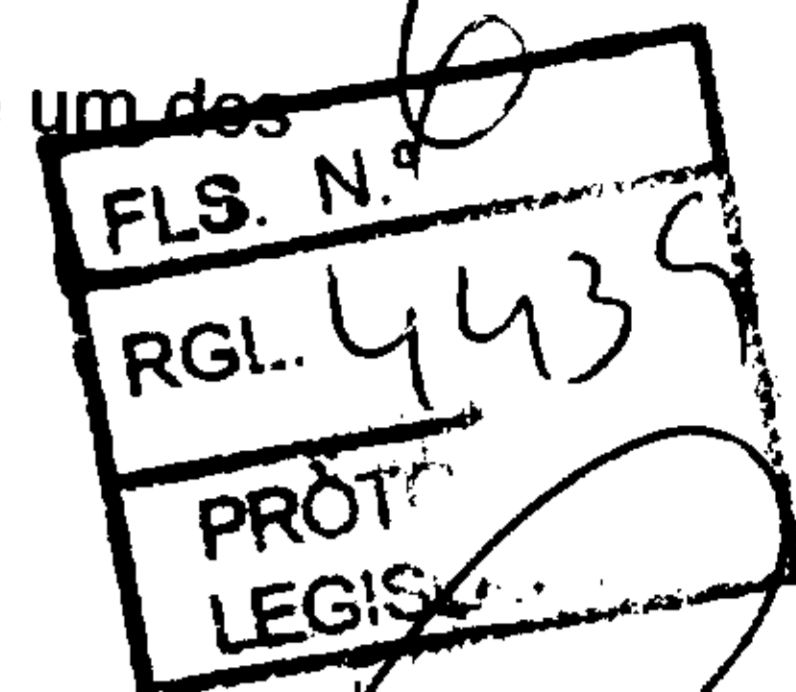
Artigo 7º - O Poder Executivo disporá sobre:

I - a periodicidade para renovação da declaração referida no inciso III do artigo 3º;

II - o desenquadramento de ofício do contribuinte como microempresa ou empresa de pequeno porte;

III - a simplificação das obrigações acessórias a serem cumpridas pelo contribuinte enquadrado como microempresa ou empresa de pequeno porte;

IV - a aplicação do disposto no § 3º do artigo 12, para os estabelecimentos usuários de equipamento que emita cupom fiscal.



CAPÍTULO III Do Regime Fiscal

SEÇÃO I Dos Regimes de Pagamento

Artigo 8º - Ao contribuinte regido por esta lei aplica-se:

I - a isenção do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços, quando considerado microempresa;

II - o regime especial de apuração de imposto, quando empresa de pequeno porte.

Artigo 9º - A microempresa e a empresa de pequeno porte ficam dispensadas do pagamento das taxas vinculadas ao exercício do poder de polícia.

SEÇÃO II Da Isenção

Artigo 10 - A isenção referida no inciso I do artigo 8º não se estende:

I - às mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário de sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

II - ao imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável.

Parágrafo único - Em relação ao disposto no inciso I, na saída de mercadoria do estabelecimento de microempresa por valor superior ao que foi retido em razão da substituição tributária, o complemento do imposto em decorrência dessa diferença está abrangido pela isenção.

Artigo 11 - A microempresa cuja receita bruta, no decorrer do ano de fruição da isenção, ultrapassar R\$ 83.700,00 (oitenta e três mil e setecentos reais), terá suspensa a isenção, e recolherá o imposto relativo às operações ou prestações efetuadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, segundo o regime especial de apuração do imposto de que trata esta lei, ou na hipótese de ultrapassar o limite superior estabelecido no inciso II do artigo 12, estará sujeita à legislação geral do imposto.

SEÇÃO III Do Regime Especial de Apuração de Imposto

Artigo 12 - O regime especial de apuração previsto no inciso II do artigo 8º consiste no pagamento mensal de imposto e será calculado mediante aplicação de percentual sobre o valor das operações ou prestações, apuradas mensalmente pelo estabelecimento, conforme segue:

I - empresa de pequeno porte classe "A", com receita bruta anual de R\$ 83.700,01 (oitenta e três mil, setecentos reais e um centavo) a R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais): 0,99% (noventa e nove centésimos por cento);

II - empresa de pequeno porte classe "B", com receita bruta anual de R\$ 120.000,01 (cento e vinte



mil reais e um centavo) a R\$ 720.000,00 (setecentos e vinte mil reais): 2,4375% (dois mil quatrocentos e trinta e sete milésimos por cento).

§ 1º - A adoção desse regime:

1 - implica renúncia a eventuais benefícios fiscais existentes, assim como veda a apropriação ou transferência de qualquer valor a título de crédito do imposto;

2 - não se aplica em relação:

a) às mercadorias ou serviços submetidos ao regime jurídico-tributário de sujeição passiva por substituição com retenção do imposto;

b) ao imposto que deva ser recolhido na qualidade de responsável.

§ 2º - O valor da operação ou prestação - base de cálculo com imposto por dentro - será determinado pela aplicação do multiplicador 1,01 (um inteiro e um centésimo) para os contribuintes da classe "A" e 1,025 (um inteiro e vinte e cinco milésimos) para os contribuintes da classe "B" ao valor da transação antes da incorporação do ICMS.

§ 3º - No documento fiscal constarão, além dos demais requisitos:

1 - o valor da operação ou prestação consistente no resultado obtido na forma do parágrafo anterior;

2 - indicação em separado do valor do imposto incidente, contido no valor do item anterior.

§ 4º - A empresa de pequeno porte classe "A" ao constatar que sua receita bruta ultrapassou, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado no inciso I, poderá ser enquadrada, se preencher as condições, como empresa de pequeno porte classe "B", a partir desse evento, e deverá calcular o imposto relativo às operações ou prestações realizadas, a partir do primeiro dia do mês subsequente, nos termos do inciso II.

§ 5º - A empresa de pequeno porte classe "B" ao verificar que sua receita bruta superou, durante o ano de fruição do benefício, o limite superior fixado no inciso II, será desenquadrada desse regime, a partir da data da constatação do fato, e estará sujeita à legislação normal do imposto, a partir do primeiro dia do mês subsequente.

§ 6º - O produtor não equiparado a comerciante ou industrial e o transportador autônomo não se sujeitam ao pagamento mensal de que trata este artigo; o imposto, se devido, será recolhido nos termos da legislação pertinente.

CAPÍTULO IV Das Penalidades

Artigo 13 - O contribuinte que permanecer usufruindo do tratamento fiscal estabelecido para a microempresa ou empresa de pequeno porte, sem observância do disposto nesta lei e das demais obrigações tributárias estará sujeito:

I - ao desenquadramento de ofício do regime, com efeito retroativo, nos termos do artigo 6º;

II - ao pagamento dos tributos devidos, acrescidos de multa e demais acréscimos legais, contados desde a data em que deveriam ter sido pagos, segundo a legislação específica;

III - às multas previstas no artigo 85 da Lei nº 6.374, de 1º de março de 1989.

Parágrafo único - O sócio da microempresa ou empresa de pequeno porte responderá solidariamente pelas consequências da aplicação deste artigo.

Artigo 14 - O contribuinte que não efetuar a comunicação de que trata o artigo 5º, ficará sujeito, sem prejuízo das demais penalidades, à multa equivalente ao valor de:

I - 50 (cinquenta) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, , quando enquadrado como microempresa;

II - 100 (cem) Unidades Fiscais do Estado de São Paulo - UFESPs, quando enquadrado como empresa de pequeno porte.

CAPÍTULO V Das Disposições Finais e Transitórias

Artigo 15 - Aos contribuintes de que trata esta lei aplicam-se as demais disposições da legislação estadual referente ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e sobre Prestação de Serviços - ICMS.

Artigo 16 - Às microempresas e empresas de pequeno porte serão asseguradas condições especialmente favorecidas nas operações que realizarem com instituições financeiras públicas estaduais, inclusive bancos de desenvolvimento e entidades oficiais de financiamento e fomento às pequenas empresas.

Artigo 17 - A microempresa, assim definida nos termos da Lei 6.267, de 15 de dezembro de 1988,

inscrita no Cadastro de Contribuintes do ICMS, na data da publicação desta lei, que não atenda ao disposto na alínea "a" do inciso I do artigo 1º, terá assegurada a isenção prevista no inciso I do artigo 8º.

Artigo 18 - Ressalvado o disposto no artigo anterior, ficam automaticamente renovadas as atuais inscrições no regime fiscal da microempresa até que o Poder Executivo estabeleça disciplina sobre o reenquadramento, nos termos do artigo 3º.

Artigo 19 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos em relação ao regime fiscal das empresas de pequeno porte no primeiro dia do segundo mês subsequente à publicação desta lei, ficando revogada a Lei nº 6.267, de 15 de dezembro de 1988.

Palácio dos Bandeirantes, 19 de novembro de 1998.

MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

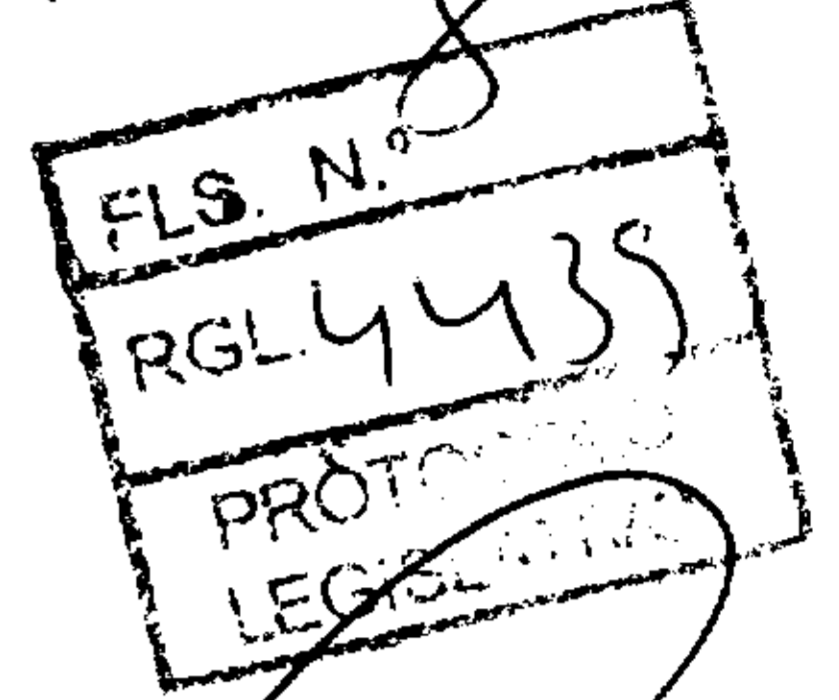
Secretário da Fazenda

Fernando Leça

Secretário - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica



Tipo	
Publi. <i>DPE-I</i>	Data <i>12.06.99</i> Pag. <i>01</i>
Pasta	

**LEI Nº 10.325,
DE 11 DE JUNHO DE 1999**

Altera a Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, que dispõe sobre o regime tributário simplificado da microempresa e da empresa de pequeno porte no Estado de São Paulo, e a Tabela "A", anexa à Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização e Serviços Diversos

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a Assembléia Legislativa decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Artigo 1º - Ficam acrescentados ao artigo 4º da Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998, o inciso IV e o parágrafo único, com a seguinte redação:

"IV - efetuar aquisição de mercadorias com alíquota inferior à interna em montante superior a 20% (vinte por cento) do valor de suas aquisições, consideradas as operações realizadas em um mesmo trimestre, excetuadas mercadorias adquiridas para integração no ativo imobilizado.

Parágrafo único - Para os efeitos do disposto no inciso IV, consideram-se trimestre os períodos abrangidos pelos meses de janeiro a março, abril a junho, julho a setembro e outubro a dezembro."

Artigo 2º - Passa a vigorar com a seguinte redação o "caput" do artigo 5º da Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998:

"Artigo 5º - Nas hipóteses previstas nos incisos I, III e IV do artigo anterior, o contribuinte deverá comunicar a perda de sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte à repartição fiscal a que estiver vinculado, no prazo fixado em regulamento."

Artigo 3º - Passa a vigorar com a seguinte redação o item 9 da Tabela "A", anexa à Lei nº 7.645, de 23 de dezembro de 1991, e alterações posteriores:

"9 - parcelamento de tributos estaduais:

9.1 - emissão de carnês:

- a) em até 12 parcelas..... 10,000
b) acima de 12 parcelas..... 15,000

9.2 - débito em conta bancária, por grupo de até 12 parcelas: 2,000

Notas:

1ª - itens 7 a 9: expedidos pela Secretaria da Fazenda."

Artigo 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos, em relação ao disposto nos artigos 1º e 2º, a partir do primeiro dia do trimestre que se seguir, conforme definição acrescentada por esta lei no parágrafo único do artigo 4º da Lei nº 10.086, de 19 de novembro de 1998.

Palácio dos Bandeirantes, 11 de junho de 1999.

MÁRIO COVAS

Yoshiaki Nakano

Secretário da Fazenda

Celino Cardoso

Secretário - Chefe da Casa Civil

Antonio Angarita

Secretário do Governo e Gestão Estratégica


Publicada na Assessoria Técnico-Legislativa, aos 11 de junho de 1999.



Folha 10
Proc. 4439
A

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 76ª a 80ª Sessões Ordinárias (de 05 a 11/08/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 11/08/99



As Comissões de:
I) Constituição e Justiça,
II) Economia e Planejamento,
III) Finanças e Orçamento.

121 agosto 1999

VANERLEI MACIEL - Presidente

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES
ENTRADA EM 10/08/99
assinaura

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
ENTRADA EM 18/08/99
Secretário da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
DISTRIBUIÇÃO

Ao Senhor Dep. JOSÉ CARUSO
com prazo para devolução dentro de 10 dias
26/08/99
Presidente

UNITADA
Vagas Juiz do Trabalho do
Relator CCJ
com 02 dias a partir
de 11
S.C. 08/09/99
SECRETÁRIO DE COMISSÃO